



# Cooperação com a Lusofonia: Desígnio Nacional e *ex-libris* da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Longe de se fechar sobre si, esta instituição de ensino superior tem realizado atividades de cooperação que, paralelamente à partilha de saberes e experiências, contribuem para o cimentar de uma valiosa ligação com outros países de língua portuguesa.



**Dário Moura Vicente**

*Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Presidente do Instituto de Cooperação Jurídica*

A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) leva a cabo, há quase trinta anos, um vasto leque de atividades de cooperação com instituições universitárias de outros países e territórios de língua e cultura portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Goa, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique e Timor-Leste.

Iniciadas nos anos 90 com a lecionação por docentes da FDUL de disciplinas dos cursos de licenciatura em Faculdades de Direito destes países, essas atividades estenderam-se entretanto à organização conjunta de cursos de pós-graduação, de mestrado e, mais recentemente, de doutoramento; e são complementadas pelo apoio dado às bibliotecas jurídicas das referidas instituições e pela publicação de obras científicas sobre o Direito dos países de língua portuguesa, entre as quais se destacam as incluídas na Coleção de Estudos de Direito Africano e na biblioteca online *Ius Commune*.

Para o efeito, a FDUL celebrou já mais de trinta protocolos com instituições de ensino superior estrangeiras. Nas três últimas décadas, vários milhares de estudantes beneficiaram, no estrangeiro e em Portugal, ao abrigo desses protocolos, da lecionação por docentes da FDUL, ou por docentes por estes coordenados, no âmbito da Cooperação Jurídica, em cursos criados e apoiados por esta Faculdade.

O número médio de alunos é de aproximadamente mil por ano, repartidos pelos três ciclos de estudo e outros cursos e iniciativas. O número de docentes que todos os anos participam nas atividades de Cooperação Jurídica desenvolvidas pela FDUL supera os cinquenta, representando todas as áreas científicas do Direito, neles se incluindo não apenas docentes que realizam missões de curta duração para a lecionação de cursos pós-graduados, mas também outros, deslocados em regime de permanência nos referidos países.

Esta atividade de cooperação tem contribuído para a manutenção e o aprofundamento das relações de Portugal com os países envolvidos e, em particular, as suas escolas de Direito, com reflexos sensíveis na produção científica, nas soluções legislativas e na interpretação e aplicação do Direito levadas a cabo pelos tribunais e pela administração pública.

A todas estas iniciativas subjaz um forte sentido de solidariedade daqueles que nelas intervêm. Visa-se através delas, antes de mais, a consolidação científica e pedagógica das instituições dos países de língua portuguesa com que a FDUL coopera; mas, mais do que isso, a criação de uma comunhão de saberes entre os juristas desses países. Em suma: a formação e consolidação de uma Comunidade Jurídica de Língua Portuguesa, capaz não só de preservar e aprofundar os laços culturais que historicamente ligam os povos desses países, mas também de conferir à Lusofonia a projeção que merece no plano internacional.



**João Espírito Santo**

*Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Assessor Científico da Faculdade de Direito de Bissau*

Exerço atualmente as funções de coordenador científico da Faculdade de Direito de Bissau (FDB). A FDB é a mais relevante instituição de ensino superior da Guiné-

Bissau, constituindo um centro de criação, transmissão e difusão de cultura e de ciência. A FDB é uma instituição de Direito Público Bissau-Guineense, criada em novembro de 1990. A criação da FDB foi condição essencial para que, ainda em 1990, se firmasse entre Portugal e a Guiné-Bissau um acordo de cooperação que permitiu a criação da licenciatura em Direito, em condições paralelas às então oferecidas pelas universidades portuguesas. A execução do Protocolo de Cooperação foi confiada, no que se refere a Portugal, à FDUL, sendo esta apoiada, no plano financeiro, pelos serviços públicos portugueses de cooperação.

A FDB goza, atualmente, de um corpo de lecionação que, entre os nacionais Bissau-Guineenses, compreende 5 docentes com o grau de Doutor e cerca de 35 docentes com o grau de Mestre. A relevância sociocultural da FDB é mensurável: o número de licenciados e o seu atual corpo docente nacional são as medidas do seu sucesso, sendo que, até ao presente, a Faculdade conferiu cerca de 500 licenciaturas. Anualmente, dão entrada na Faculdade cerca de 35 novos alunos. Os primeiros licenciados da FDB, de 1995 em diante, vieram a compor um relevante corpo técnico-político de que a Guiné-Bissau muito necessitava, por um lado, para a implementação de uma estrutura estadual de *rule of law* e adaptada às especificidades locais, e, por outro lado, de afirmação do Estado no plano internacional, em particular da participação em organizações multiestaduais de âmbito regional e global.

Exerci funções docentes na Faculdade de Direito de Bissau entre 1995 e 1997, na qualidade de docente colocado pela FDUL; nunca me desliguei do país depois disso. Sempre recebi dos guineenses – um povo muito afável – o tratamento de quem acolhe um estrangeiro mostrando-lhe que essa condição só releva para o bem... não me sinto, portanto, estrangeiro em Bissau.





### **Marcelo Rebelo de Sousa**

**Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Antigo Presidente do Instituto de Cooperação Jurídica**

«Desde 1976-77 assumiu a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa como incumbência essencial a cooperação com os países africanos de língua portuguesa, com Macau e ainda com Timor-Leste. As três décadas de cooperação jurídica acabadas de evocar são indissociáveis do trabalho precursor de José de Oliveira Ascensão, José Manuel Sérvulo Correia e António Marques dos Santos, do estímulo de sucessivos Presidentes dos Conselhos Diretivo e Científico, com relevo para Isabel de Magalhães Collaço, António Sousa Franco, Jorge Miranda e Miguel Teixeira de Sousa, da capacidade de conceção e execução de sucessivos Presidentes do Instituto de Cooperação (bem representados por Dário Moura Vicente), e de dezenas de Professores, Assistentes e Assistentes-Estagiários que dedicaram e dedicam anos das suas vidas a este verdadeiro serviço nacional e lusófono. Porque de serviço nacional se trata – ao projetar a nossa cultura jurídica e ao enriquecê-la com o contributo específico dos nossos irmãos na língua e em tantos outros traços comuns. No fundo, a cimentar a Lusofonia.» (Lisboa, 2008)



### **Geraldo de Almeida**

**Advogado e Docente do Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais de Cabo Verde**

«A mais importante experiência de formação na minha vida pessoal e profissional foi a minha passagem pela Faculdade de Direito de Lisboa, primeiro como aluno e, posteriormente, como docente. Posso afirmar, sem vaidade, que hoje sou um professor estimado pelos meus alunos e um jurista respeitado pelos meus concidadãos graças ao lastro científico e metodológico que recebi da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Se o conhecimento liberta, posso afirmar sem pejo nem pudor que a FDL abriu-me as portas da liberdade.» (Praia, 2018)



### **António Costa**

**Antigo Docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa**

«Enquanto jurista, licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL), aprez-me aqui salientar a atividade de cooperação que tem sido levada a cabo, ao longo dos últimos dez anos, em Goa, pela minha Faculdade, designadamente o intercâmbio da FDUL com o Salgaocar College of Law. Este tipo de cooperação jurídica deve ser mantida e aprofundada, no quadro mais vasto das relações entre Portugal e a Índia. É importante que um número crescente de estudantes de Direito e juristas goeses possam conhecer Portugal e frequentar as suas Universidades mas que também, reciprocamente, mais estudantes e juristas portugueses possam interessar-se pela cultura jurídica goesa e aprender com ela. O Governo está certo de que o diálogo entre universitários, proporcionado pelas atividades de cooperação acima referidas, é um elemento facilitador das relações entre Portugal e a Índia, pelo conhecimento e pela compreensão recíprocas que possibilita. Da intensificação dessas relações resultarão inequivocamente benefícios nos planos cultural, económico e político para ambos os países. A cooperação jurídica entre instituições de ensino deve, por isso, ser prosseguida, intensificar-se e alargar-se a outras instituições.» (Goa, 2017)



### **Emílio Kafft Kosta**

**Doutor em Direito; Professor das Faculdades de Direito de Bissau e da Universidade de Lisboa**

«Presto o merecido tributo à Cooperação (entre o Estado português e os lusófonos, assim como, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, ao Instituto de Cooperação Jurídica) pelo muito que tem feito em prol da edificação de uma autêntica comunidade jurídica lusófona. No que a mim diz respeito, o tributo é também pela mão que, em momentos cruciais da minha vida académica, me deu. Como estudante de licenciatura, como mestrando, doutorando – no 1.º lustro do século em curso –, enquanto investigador e, de há 7 anos a esta parte, como professor na FDUL, essas instituições têm respondido sempre afirmativamente às minhas vicissitudes, a despeito da minha autocontenção, oferecendo o amparo cerceado algures. Um grande bem-haja!» (Lisboa, 2018)



### **Teodoro Waty**

**Doutor em Direito pela FDUL; Professor da Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique)**

«Pertença ao grupo dos primeiros cinco mestres formados em Moçambique com o diploma da Universidade de Lisboa e fui o pioneiro moçambicano a doutorar-se em Direito naquela Universidade. As duas Faculdades de Direito cooperam com outras Universidades moçambicanas na ministração de graus de Mestre e de Doutor em Direito. É um perfeito exemplo de cooperação Sul-Norte num investimento reprodutivo – o conhecimento. Os frutos da ação da FDUL estão presentes na Política, nos três pilares da Administração da Justiça, no Parlamento, no Governo, na Cultura, na Defesa e no crescimento económico de Moçambique. A Universidade de Lisboa e a sua Faculdade de Direito são o mais eficaz consulado de Portugal, em Moçambique.» (Maputo, 2018)





### **Maria Ângela Carrascalão**

**Docente da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e, Ministra da Justiça do VII Governo**

«A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, incluída na Fundação das Universidades Portuguesas, tem apoiado a Faculdade de Direito da Universidade Nacional Timor Lorosa'e desde a sua criação em 2005 nos Cursos de Licenciatura e Mestrado. A excelência da qualidade de ensino foi decisiva para a credibilidade do Curso de Direito da UNTL e contribuiu para a formação de recursos humanos em língua portuguesa essencial para a consolidação da identidade timorense.» (Dili, 2018)



### **Gilberto Correia**

**Advogado e antigo Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique**

«Terminei o Mestrado e estou, provavelmente, a menos de um ano de terminar o Doutoramento. Asseguro que as minhas expectativas neste domínio foram ultrapassadas. Prestígio, inovação e excelência são marcos indelévels dos cursos de pós-graduação promovidos ou participados pela FDUL. Conferem valor acrescentado ao Estudante que os frequenta, ao mesmo tempo que habilitam-no para uma intervenção diferenciada no mercado.» (Beira, 2018)



### **Ranjana Ferrão**

**Professora do Salgaocar College of Law (Pangim, Goa)**

«O Diploma em Direito Civil é um programa de cinco semanas, levado a cabo em associação entre a Faculdade de Direito de Lisboa e o V.M. Salgaocar College of Law, de Goa. Consiste numa introdução intensiva aos sistemas de Civil Law que visa preparar os estudantes para iniciarem a sua prática profissional nesta área. Todas as semanas, um professor de Direito vem de Lisboa para Goa a fim de lecionar aulas sobre o Direito contemporâneo. Os conteúdos lecionados dão particular atenção, entre outros temas, ao Código Civil português, ao Direito Comparado dos Contratos, ao Direito da União Europeia, aos direitos das crianças e ao Direito das Sucessões. O programa promove a partilha conhecimentos, a compreensão recíproca e uma perspetiva crítica da Civil Law. Todos os anos, cerca de 60 estudantes de Direito se inscrevem nele. O curso oferece uma oportunidade única de aprendizagem com académicos influentes e bem conhecidos de Portugal. O programa estimula ainda o networking e faculta bolsas de estudos a professores goeses a fim de visitarem Lisboa e trocarem conhecimentos e ideias.» (Goa, 2018)



### **Lino Diamvutu**

**Mestre em Direito e Doutorando da FDUL; Docente da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (Angola)**

«O ensino da ciência do direito na FDUL é de grande qualidade, devido à excelência do seu quadro docente. As pós-graduações realizadas nas Universidades em Angola, sob a coordenação científica do Instituto de Cooperação Jurídica da Faculdade de Direito de Lisboa, revelam-se de grande utilidade, quer para os profissionais, quer para os académicos. Quanto ao doutoramento, o seu nível de exigência e de rigor científico asseveram a realização de obras de referência internacional.» (Luanda, 2018)



### **Carmo d'Souza**

**Professor do Salgaocar College of Law (Pangim, Goa)**

«Recordo com carinho a associação de Goa à Universidade de Lisboa. Esta aventura tinha a paixão da história, as dificuldades dos primeiros exploradores, a nostalgia de diversos advogados e juizes que haviam construído sonhos de carreiras, subitamente interrompidos pelo curso dos eventos e por aqueles que decidiram sepultar o passado no reino do esquecimento. Entre os grandes esforços no sentido de cimentar essa relação contam-se as bases lançadas pelo Doutor Dario Moura Vicente, com consistência e determinação e vencendo múltiplas dificuldades, no sentido de constituir uma equipa para lecionar em Goa e de definir um percurso que pudesse captar as joias intelectuais indianas de Goa.» (Goa, 2018).



### **Otavio Luiz Rodrigues Jr.**

**Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; Coordenador da Área de Direito da CAPES**

«Minha experiência na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa deu-se nos anos de 2010 e 2011, quando cursei meu estágio pós-doutoral sob a supervisão do catedrático Jorge Miranda. Foi um período extremamente importante para minhas investigações, que se orientavam à elaboração de minha tese de livre-docência (grau académico brasileiro equivalente à Habilitation na Alemanha), que defendi posteriormente na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, da qual sou docente. Nesse período de estágio pós-doutoral, frequentei diariamente a Biblioteca da Faculdade, tendo acesso a periódicos portugueses e estrangeiros, além de um amplo acervo bibliográfico. A literatura jurídica mais atualizada, as revistas em versão eletrônica e as condições físicas auxiliaram-me sobremaneira nas investigações. Além disso, ao acompanhar o catedrático Jorge Miranda em suas atividades docentes, aproximei-me e conheci a realidade do ensino jurídico na Universidade de Lisboa. A acolhida e a atenção dos professores foi outra nota marcante dessa passagem por Lisboa, o que exterioriza mais um diferencial dessa centenária instituição de ensino. O contato com pessoas oriundas de diversos espaços da lusofonia é outra lembrança muito positiva desses meses de investigações na Universidade de Lisboa.» (São Paulo, 2018)



### **Elgar Noronha**

**Advogado e Docente do Salgaocar College of Law (Pangim, Goa)**

«Considerando que um Código Civil está a ser preparado na Índia e o estado de Goa é o único que tem tido um Código, as atividades de intercâmbio desde 2008 entre a FDUL e o V.M. Salgaocar College of Law em Goa são o único e indispensável elo que nos liga ao rico património civilista português.» (Goa, 2018)